



História em verso e prosa: memórias femininas no roteiro do atrativo turístico Sarau Imperial em Petrópolis/RJ

FREDERICO FERREIRA DE OLIVEIRA¹
JARLENE RODRIGUES REIS²

1 Introdução

O cotidiano do Brasil Imperial oitocentista é permeado por diferentes perspectivas que operam por visões binárias a respeito dos atores sociais de maior relevância histórica, em especial as que envolvem D. Pedro II e sua sucessora ao Trono, a Princesa Isabel: ora se apoiam os atos políticos, administrativos, sociais e culturais dessas duas personalidades, ora se rechaça a letargia com que os moldes sociais eram mantidos e os avanços na abolição do sistema escravagista eram empreendidos.

Essas visões binárias são resultado do complexo sistema político e social próprio ao século XIX: a atuação e presença dos sujeitos masculinos nos campos ligados ao poder, restringindo a atuação das mulheres a espaços considerados apropriados para a sua socialização, como casas, clubes e igrejas. Às mulheres cabia a esfera íntima e privada de convivência, em detrimento das esferas públicas (PERROT, 1989).

Assim, as memórias e representações ligadas ao feminino durante o século XIX se configuram como novos e atuais interesses de pesquisa. Considerando a figura da Princesa Isabel e sua presença destacada nos discursos históricos oficiais, faz-se necessário compreender de que forma suas memórias tem sido interpretadas em espaços turísticos como museus, centros culturais e outros atrativos de interesse turístico.

Em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, o Museu Imperial oferece a seus visitantes desde 1999 o Sarau Imperial, uma atração cultural que se configura como uma dramatização criada a partir de elementos significativos do Segundo Reinado no Brasil, apresentando à plateia a oportunidade de conhecer aspectos socioculturais da Corte Imperial Brasileira, ao mesmo tempo em que participa como “convidada” da anfitriã, a Princesa Isabel. O Sarau conta com elenco integralmente feminino e promove momentos de interação com a plateia,

¹ Docente do Curso de Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ – *campus* Petrópolis. Mestre em Administração e em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.

² Docente do Curso de Bacharelado em Turismo do Cefet/RJ – *campus* Petrópolis. Mestre em Administração e Doutoranda em Comunicação pelo PPGCOM/UERJ.



convidada a participar em performances musicais, poéticas, bem como na expressão de opiniões sobre assuntos colocados em pauta durante a apresentação, que dura cerca de 45 minutos. No roteiro, diversas situações são previstas a fim de provocar comparações entre o século XIX e os dias atuais.

Nesse sentido, buscamos compreender as manifestações do resgate das memórias da Princesa Isabel no contexto das representações femininas do século XIX a partir do texto-roteiro do Sarau Imperial como prática de turismo cultural.

Leituras sobre atração turística cultural (RICHARDS, WILSON, 2006, 2007), gênero e representações femininas (BUTLER, 1999; RAGO, 1995; 1998), e a apresentação da Princesa Isabel (BARMAN, 2005; DAIBERT JÚNIOR, 2003; CRUZ, 2012) compreendem o recorte conceitual para a articulação entre o Sarau Imperial e os aspectos que o caracterizam em termos de representações de gênero, com foco na identidade feminina.

A pesquisa possibilitou observar discursos e representações que ultrapassam os limites circunscritos do bem patrimonial “Museu Imperial”, para que as memórias e representações do cotidiano da Princesa Isabel sejam apreendidas pelo público visitante do Sarau Imperial, possibilitando que novas narrativas e atrações turísticas culturais sejam implementadas na realidade local, a partir do resgate e da valorização das memórias sociais e culturais.

2 Atração turística cultural para além das conceituações estáticas

A atividade turística se baseia em essência nos deslocamentos de pessoas em prol da visitação de lugares e/ou destinações que possam satisfazer suas motivações de conhecimento, lazer e entretenimento, dentre outras possíveis, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (2003).

As atrações turísticas, aquilo que desperta o interesse no deslocamento e na permanência na localidade/destinação por parte dos viajantes, é carente de definições que estudem a formação histórica e social dos espaços em que se situam.

Seguindo os pensamentos de Rejowski, (2002), Yasohima e Oliveira (2002), Barretto (2003), Organização Mundial do Turismo (2003), Cooper et al. (2007), dentre outras referências que apresentam conceituações dos atrativos turísticos, o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) editou material alusivo ao turismo cultural, trazendo uma série de marcos conceituais para o setor turístico brasileiro. Convém destacar, nesse sentido, a seguinte conceituação: “Os elementos do patrimônio cultural de um lugar se constituem em aspectos



dom manifestações culturais autênticas” (BRASIL, 2010, p. 16).

Ainda nessa perspectiva, Marujo (2015) discorre a partir de diferentes óticas conceituais como o turismo cultural é estudado, e em particular faz menção à definição de McKercher e Cros (2002), que traz luz à atração turística a partir dos bens culturais que um destino possui e oferta aos visitantes e turistas.

Os bens culturais e patrimoniais de uma localidade/destinação são aqueles que devem ser valorizados como elementos que geram atratividade para turistas e visitantes, logo carecem de valorização por parte dos gestores locais como apontam em seus estudos Funari e Pinsky (2011, p.9).

Essa ideia é compreendida quando se percebe que o histórico e as memórias dos bens culturais e patrimoniais estão para além das edificações visitadas. Tais elementos histórico-culturais são intrínsecos às pessoas em seus comportamentos sociais, os quais são construídos e reconstruídos a partir das diferentes relações sociais configuradas por um grupo ao lidar com seu passado e sua memória (LE GOFF, 1990).

Muitas destinações turísticas estão se apropriando de seu patrimônio cultural, sua história e sua memória como elementos para o estabelecimento de novas formas de consumo a serem ofertadas para a atividade turística, sendo vistas na ótica de Richards e Wilson (2006; 2007) novas práticas para as narrativas e temáticas baseadas para além da superficial compreensão de que atrativos turísticos são elementos estáticos, bens patrimoniais e locais de memórias.

Estabelecendo uma ligação entre esses apontamentos sobre o que é uma atração turística no contexto do turismo cultural, tendo como elemento central a cultura e os bens culturais de uma localidade/destino, Richards (2010) afirma que é essa forma de consumo procurada por turistas e visitantes nestes tempos de globalização e regionalização.

Quando as atrações turísticas são baseadas na valorização da cultura, história e tradições locais como novos elementos simbólicos, ultrapassa-se a visão patrimonialista do bem imóvel como uma categoria de atrativo a ser consumida, pois Richards e Wilson (2006; 2007) e Richards (2010) se aproximam de uma nova visão daquilo que é cultura, a qual é proposta por Geertz (1989, p.52):

[...] cultura é o padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.



O apontamento de Geertz (1989) se reflete no comportamento e nas motivações dos novos turistas, os denominados pós-turistas (MOLINA, 2003), aqueles que estão em busca de consumir produtos e serviços turísticos capazes de gerar experiências novas, não sendo mais somente apreciadores passivos de objetos/locais estáticos. Além disso, os novos turistas buscam consumir aquilo que é autêntico, que possui laços com a tradição local, a cultura e a memória de forma mais próxima e ativa³ (RICHARDS; WILSON, 2006).

Nesse sentido, ganham cada vez mais destaque atrativos que promovam diálogos entre as novas aspirações de turistas e visitantes com elementos da história local em formatos dinâmicos ou com conteúdos e linguagens inusitadas. Novas ou antigas memórias revisitadas em diferentes formatos despertam interesse em virtude de trazerem à tona aspectos por vezes desconhecidos e ocultos nos discursos mais tradicionais. Entre essas “memórias invisíveis”, pouco a pouco ganha forma a história da mulher.

3 Memórias e histórias das mulheres

Percebendo a construção da narrativa histórica como uma forma de reproduzir a universalidade da relação binária entre os sexos biologicamente determinados, Navarro-Swain nos alerta para a existência de relações humanas possivelmente bem diferentes das que conhecemos.

Tais relações foram, ao longo do tempo, sendo ocultadas pelas construções discursivas sexuadas e falocêntricas da história oficial características do discurso de uma sociedade patriarcal em que o masculino “encarna a imagem e representação do humano como a fonte de toda produção e criação humanas” (NAVARRO-SWAIN, 2013, p. 52). A autora invoca a construção de uma nova memória social em que se considere a historicidade das relações humanas, tornando possível às mulheres se revelarem na plenitude de seus papéis e representações.

Essa perspectiva se alinha às formulações de outros pesquisadores que destacam a necessidade de fazer emergirem áreas de invisibilidade histórica em que se encontram as mulheres e outros segmentos considerados subalternos a partir da centralidade da noção de um “sujeito universal” (FACINA; SOIHET, 2004).

³ Nesse contexto o consumo é entendido na perspectiva de Lipovetsky (2015), segundo a qual passamos de fases anteriores de consumo ostentatório para a busca do consumo experiencial e emocional. Dessa forma, o indivíduo procura cada vez mais individualizar seus gostos e práticas de consumo, direcionadas à busca de sensações e de bem-estar subjetivo.



Michelle Perrot (1989), uma das pioneiras na proposição da “história das mulheres”, afirma que a invisibilidade histórica feminina se deve em parte às práticas de arquivo e registro que privilegiam o público, sobretudo nas esferas econômica e política. Sendo o mundo público reservado principalmente aos homens, retirou-se a figura feminina de lugares como “a Bolsa, os bancos, os grandes mercados de negócios, o Parlamento, os clubes, os círculos de discussão e cafés, locais privilegiados da sociabilidade masculina. [...] A cidade do século XIX é um espaço sexuado” (PERROT, 1989, p. 10).

Não somente o espaço urbano denotava as diferenças entre os papéis sexuais durante o século XIX, como também todo o conjunto de relações sociais que separava as esferas pública e privada, destinando às mulheres o mundo privado em que se situam os assuntos e as memórias familiares e domésticos (MESQUITA, 2008; FACINA; SOIHET, 2004). Dessa forma, as mulheres se destacam como guardiãs da memória privada, “voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição” (PERROT, 1989, p. 15). Para Perrot (1989), esse processo de guarda é marcado tanto por relatos orais, transmitidos entre gerações, como também por meio de objetos que ganham associações afetivas. As memórias femininas se inscrevem numa diversidade de elementos que não somente comunicam os tempos vividos, mas evocam sentimentos.

Nessa perspectiva, as memórias das mulheres podem ser consideradas memórias subterrâneas, ocultas e clandestinas em relação ao discurso da “memória oficial”. Até serem trazidas à tona, essas lembranças invisíveis se reproduzem de maneira informal por meio de redes afetivas (POLLACK, 1989).

A partir do reposicionamento da mulher como parte integral (e não complementar) da história social, observa-se a construção de uma “história das mulheres”, a partir da qual se busca igualdade em relação ao espaço já conferido aos homens (SILVA, 2009). A esse respeito, convém apontar a diferença entre “história das mulheres” e “feminismo”:

[...] o feminismo não é a história da mulher, e sim de um movimento que surge na primeira metade do século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos com o objetivo de conquistar o voto feminino e o direito ao ensino superior, e depois se espalhou por vários países [...] sempre ressaltando que tal movimento não é, mas faz parte da historiografia da mulher. É importante destacarmos isso para evitarmos que esta historiografia seja baseada apenas em teorias políticas e econômicas, uma vez que movimentos de lutas normalmente são explicados por estas teorias, onde se descarta a visão cultural. O feminismo é um de muitos temas sobre a mulher (SILVA, 2009, p. 3).

Embora os movimentos feministas consistam em somente um dos elementos de compreensão da história das mulheres, seu caráter político merece ser assinalado como importante recurso de fomento ao questionamento da condição feminina.



Aprofundando-se na reflexão sobre a relação entre gênero e política, Scott afirma que “a alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece sua importância decisiva e seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento” (SCOTT, 1986, p. 1073, tradução dos autores)⁴.

Contudo não se deve tomar a supremacia masculina em sua concepção clássica, sem considerar a complexidade das engrenagens e dos diferentes sistemas históricos e culturais em que se relacionam homens e mulheres – nos quais há, inclusive, mecanismos de poder estritamente femininos (FACINA; SOIHET, 2004). Como pondera Virgili (2002), convém refletir sobre o tipo de história que estamos construindo a partir de agora, pois ao considerar as novas perspectivas apenas a partir do lado feminino da humanidade, corre-se o risco de não compreendermos como um conjunto composto de mulheres e de homens.

À história das mulheres cabe, portanto, investigar as diferentes formas e implicações da presença feminina na história social, incluindo as relações da mulher com o poder. Sempre houve tensões e conflitos envolvendo a presença feminina em posições e ambientes de liderança e decisão, como retrata a história do Segundo Reinado e da Princesa Isabel do Brasil.

4 Princesa Isabel do Brasil – representações difusas entre o público e o privado

Mulher de classe alta no período oitocentista, Isabel de Orléans e Bragança era ciente dos papéis que lhe eram impostos pela sociedade patriarcal de sua época. A herdeira do Trono Imperial brasileiro, nascida em 1846, poucas vezes manifestou incômodo com sua situação, exercendo ao longo de sua vida os papéis de filha, noiva, esposa, mãe e regente (DAIBERT JÚNIOR, 2003).

Entretanto, o envolvimento da Princesa Isabel com a política brasileira durante o Segundo Reinado⁵ estremeceu as bases de seu equilíbrio nas funções tradicionalmente femininas.

⁴ No idioma original: “*High politics itself is a gendered concept for it establishes its crucial importance and public power, the reasons for and the fact of its highest authority, precisely in its exclusion of women from its work*”.

⁵ A Princesa Isabel ocupou pela primeira vez a regência em 1871, e em 28 de setembro desse ano assinou a Lei do Ventre-Livre. A segunda regência ocorreu de março de 1876 a setembro de 1877, tendo Isabel de lidar com sérios problemas político-administrativos, além de uma severa seca no Nordeste a qual ameaçou a ordem



Popularmente laureada como a “Redentora” devido ao seu papel no processo de abolição da escravatura no Brasil, a Princesa é alvo de diferentes interpretações históricas e sociais – por um lado, biógrafos tradicionais a consideram alguém com visão política determinada, uma “mulher de seu tempo” (CRUZ, 2012; IGNÁCIO, 2015); por outro ela é vista como uma mulher cuja atuação política se deu de forma acidental e manipulada pelo marido e pelo pai (BARMAN, 2005).

O fato de ser mulher, além de sua grande religiosidade, foram apontados como elementos negativos da Princesa na opinião de muitos opositores ao seu envolvimento político. Del Priore ressalta que, para os padrões da época,

Só por meio do casamento a mulher encontrava seu papel verdadeiro: o de ser obediente e dotada de sentimentos exemplares como a abnegação. A religião lhe era imprescindível. Sua fé ora funcionava como suporte contra sua fragilidade, ora como aliada de seu pudor e ignorância. Apenas a moral, a vida doméstica e a educação dos filhos poderiam dar-lhe alguma forma de gratificação (DEL PRIORE, 2013, p. 43).

A presença de Isabel no meio político parecia incomodar principalmente porque a distanciava, em parte, do papel social que se esperava de uma mulher na sua posição (CRUZ, 2012). Além disso, entre seus opositores, a condição feminina era utilizada para atacá-la quando faltavam argumentos políticos para fazê-lo (IGNÁCIO, 2015).

Entretanto, tendo recebido uma rígida educação formal até as vésperas de seu casamento, aos dezoito anos de idade, a Princesa Isabel possuía vastos conhecimentos que iam desde Literatura à Fotografia, como parte do interesse de seu pai, D. Pedro II, em proporcionar às filhas um nível de instrução semelhante ao que era dedicado aos homens: “A instrução não deve diferir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo: mas de modo que não sofra a primeira”, escreveu o Imperador (FILGUEIRAS, 2004, p. 351).

A Princesa recebeu uma dupla educação – a que se destinava às mulheres, voltada às funções de esposa e mãe e aquela direcionada aos homens, preparando-a para governar o país, como sucessora de seu pai no Trono (AGUIAR, 2015).

A vida social de Isabel durante a juventude era restrita a pequenas reuniões no Palácio de São Cristóvão, além de visitas de filhas dos dignitários da corte e de intelectuais do círculo do Imperador. Maria Ribeiro de Avelar, Maria Amanda de Paranaguá (conhecida como “Amandinha”) e Adelaide Taunay faziam parte do seleto grupo de amigas da Princesa (BARMAN, 2005). Os gostos de Isabel foram influenciados por seu alto nível educacional,

pública, contida de forma discreta pela Regente. E a terceira vez se deu em 1888, quando em 13 de maio ela assinou a Lei Áurea (BARMAN, 2005).



destacando-se nessas ocasiões a apreciação de números musicais e pequenas peças teatrais encenadas no Palácio.

No decurso de sua vida, o apreço pelas artes e o espírito “festeiro” da Princesa iriam se refletir nas recepções semanais que ela oferecia em sua casa em Petrópolis (SCHWARCZ, 1998). Entretanto, o gosto de Isabel por bailes, festas e quermesses passou a ser denunciado por seus inimigos como um reflexo da futilidade e do egoísmo que marcariam, segundo seus opositores, sua atitude e a de seu marido, o conde d’Eu. Tais aptidões contribuíram para o enfraquecimento da imagem da Princesa durante e após o declínio da monarquia no Brasil (DEL PRIORE, 2013).

O declínio da popularidade da Princesa ainda esteve associado ao chamado “isabelismo”, a atribuição de uma aura de divindade e de exaltação emotiva em torno de Isabel em todo o país, no final do Segundo Império brasileiro. Ao contrário do que se possa imaginar, o isabelismo não servia para promover a imagem da Princesa como sucessora ao Trono, pois era manipulado por partidários da instituição da República, interessados em eliminar as possibilidades de vê-la coroada (DEL PRIORE, 2013).

Dessa forma, percebe-se que o imaginário sobre a Princesa Isabel foi construído sobre bases controversas, ora apontando para a imagem de heroína, ora indicando uma mulher deslocada em suas funções públicas.

Partindo dessas ponderações sobre o imaginário e a memória da Princesa Isabel, bem como sobre a condição feminina no século XIX, convém investigar de que forma esses elementos estão articulados no texto-roteiro da encenação do Sarau Imperial, no Museu Imperial da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

5 O texto-roteiro do Sarau Imperial – cantando e declamando memórias

O Museu Imperial, localizado na cidade de Petrópolis/RJ, conta atualmente 300 mil itens da Corte Brasileira, o maior e mais significativo acervo de peças da Família Imperial Brasileira do Segundo Reinado, de D. Pedro II (MUSEU IMPERIAL, 2017).

O Sarau Imperial surgiu em 1999 como demanda do Setor de Educação do Museu, que realizava pesquisas entre professores que visitavam a instituição, tendo à frente a pedagoga Regina Resende, que fez a escrita e a proposição do texto-roteiro da encenação. A dramatização interativa veio atender aos interesses e ao imaginário do público visitante do Museu a respeito de um “Palácio Imperial” e das práticas sociais que lá se desenrolavam, como os bailes, a vida social das princesas e as músicas da época.



O texto-roteiro é de autoria de Regina Resende, tendo como personagem principal a Princesa Isabel, acompanhada das figuras da Condessa de Barral, Baronesa de Loreto (Amandinha), Francisca Taunay e Adelaide Taunay. Recria-se na encenação um encontro social típico do período oitocentista brasileiro, com entoação de canções, declamação de poesias, temas ligados à vida pessoal das personagens, além de conversas pautadas nas discussões sociais, políticas e culturais presentes no cotidiano da época.

A pesquisa histórica que deu origem ao texto-roteiro foi baseada em diversas correspondências da Família Imperial pertencentes ao Arquivo Grão Pará⁶, bem como o livro “Isabel – A Princesa Redentora” de Lourenço Luiz Lacombe⁷, tendo a autora, Regina Resende, recebido o auxílio de Maria de Fátima Moraes Argon da Matta, responsável pelo Setor Arquivo Histórico do Museu Imperial.

Se permanecem pouco conhecidas as manifestações das memórias da Princesa Isabel e seu resgate a partir de objetos culturais, como cartas e correspondências pertencentes ao Arquivo Histórico do Museu Imperial, convém estudar como o texto-roteiro do Sarau Imperial apresenta tais registros e como esta atração se inscreve como atividade de turismo cultural.

6 De mulher para mulher – conhecendo a atração turística e o roteiro do Sarau Imperial

Para a compreensão das manifestações das memórias da Princesa Isabel e seus resgates realizados pelo texto-roteiro do Sarau Imperial, além da sua inscrição como prática do turismo cultural, realizamos observação participante em três encenações do Sarau Imperial durante o mês de novembro de 2016, além da coleta de registros audiovisuais, de relatos de membros da produção da encenação e entrevista realizada com a servidora do Museu Imperial Regina Resende, autora do texto-roteiro do Sarau, em janeiro de 2017. As análises dos dados coletados são apresentadas nas próximas seções.

⁶ Formado pela correspondência trocada entre os membros da Família Imperial com outros soberanos e príncipes da Europa. Integram ainda o acervo documentos de caráter particular do período de 1499 a 1921 e os referentes à organização e administração da Casa Real Portuguesa e da Casa Imperial Brasileira. Posteriormente, o Arquivo Grão Pará foi acrescido de outros documentos, tais como os da família Saxe-Coburgo; e conta também com numeroso material iconográfico composto de gravuras, fotografias dos séculos XIX e XX, negativos, slides e daguerreótipos (MUSEU IMPERIAL, 2016).

⁷ Lourenço Luiz Lacombe foi diretor do Museu Imperial por muitos anos, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é autor de vários livros, entre os quais “Isabel: a Redentora” (MUSEU IMPERIAL, 2016)



6.1 O texto-roteiro do Sarau Imperial e sua forma turística de apresentação

10

O texto-roteiro do Sarau Imperial se mantém quase em sua versão original desde 1999 até a atualidade, segundo Regina Resende. O dia 17 de fevereiro de 1878 consiste na data em que se passa a reunião encenada, isto é, o sarau da Princesa e suas amigas.

As falas de Regina Resende vêm ao encontro dos novos apontamentos segundo os quais as atrações turísticas que buscam se ancorar em conteúdos culturais não precisam importar modelos e comportamentos externos à realidade local (RICHARDS, WILSON, 2006, 2007; RICHARDS, 2010) para que tenham êxito e continuidade na sua oferta.

Pelo contrário, os objetos patrimoniais e culturais, em especial as diversas correspondências entre os membros da Família Imperial Brasileira do Segundo Reinado que estão arquivadas no Museu Imperial, são apropriados de forma a possibilitar ao público visitante do Sarau Imperial o contato com a realidade oitocentista, resultando na construção do texto-roteiro do Sarau, como destaca Regina Resende:

O Sarau foi construído todo o texto dele, as falas foram construídas a partir desse objeto: das cartas que são guardadas no Arquivo (Grão Pará) [...], dando muito importância à questão do Arquivo (Histórico e do Grão Pará), desse objeto cultural (as cartas e correspondências).

Dessa forma, o texto-roteiro do Sarau permite que o cotidiano “imperial” seja visto por outra lente: a de que a nobreza possuía hábitos e comportamentos muito próximos aos de qualquer outro cidadão livre do período oitocentista, pois “É uma temática que faz parte do século XIX, de aspecto social e cultural da época comuníssimo da Princesa Isabel e as amigas, que davam sempre saraus aqui em Petrópolis” (fala de Regina Resende). Tal percepção está de acordo com as descrições de uma Isabel “festeira” presentes nos estudos de Schwarcz (1998) e Del Priore (2013).

O texto-roteiro do Sarau promove, por meio de uma dramatização participativa que possibilita interações com o público visitante, a abordagem de diferentes situações cotidianas do século XIX, o que faz com que apropriação dos bens patrimoniais locais por meio desta atração turística reforce a valorização da cultura e da história local. A prática de encenação de situações de interesse histórico faz com que os objetos culturais deixem de ser elementos estáticos e mantidos distantes do público/turista por redomas de vidro e pela atmosfera estéril dos museus, como discutem Richards e Wilson (2006; 2007) e Richards (2010), além de enfatizar a importância das memórias sociais ligadas à Princesa Isabel.



6.2 Revisitando as memórias da Princesa Isabel no Sarau Imperial

11

Durante a concepção do Sarau no Setor de Educação do Museu Imperial, ficaram claros aspectos que mereciam atenção na seleção das memórias a serem reproduzidas na encenação. Nesse sentido, a escolha da Princesa Isabel como personagem principal da atração é emblemática, pois reflete sua representatividade histórica e a força do imaginário popular criado em torno de sua figura.

O texto-roteiro do Sarau traz à tona a ambiguidade que caracteriza os discursos históricos sobre a Princesa. Tendo isso em mente, a roteirista fez menção ao conhecimento superficial de boa parte da sociedade brasileira a respeito de Isabel, destacando que muitos a criticam por sua falta de visão acerca dos acontecimentos políticos do Brasil – perspectiva que vai ao encontro da visão de Barman (2005). Levando em conta a complexidade da formação da Princesa Isabel, orientada para a sucessão ao Trono, o texto-roteiro do Sarau apresenta uma mescla da Princesa/Regente e da mulher e mãe ciente de sua posição social e de suas obrigações diante dos ditames da Constituição Política do Império do Brasil.

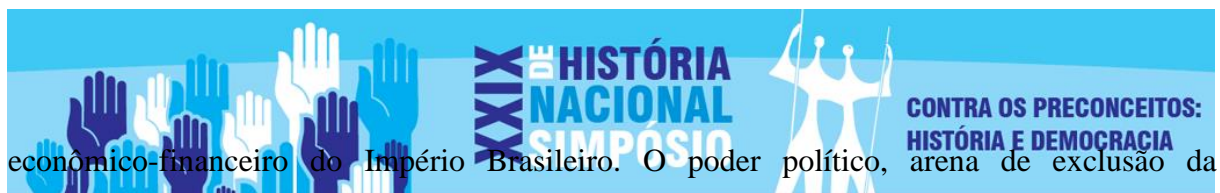
Há dois trechos do roteiro que pontuam a atuação político-administrativa desempenhada pela Princesa Isabel e que podem ser articulados com as formulações de Perrot (1989), Facina e Soihet (2004) e Mesquita (2008) sobre a invisibilidade histórica das mulheres. Pequenas falas inseridas no texto, baseadas principalmente em cartas escritas pela Princesa, sugerem aspectos pouco conhecidos sobre seu engajamento político.

Na primeira demonstra-se a visão da Princesa Isabel após deixar seu segundo período como Regente do Império Brasileiro:

Gostaria de empurrar os melhoramentos deste país, estradas de ferro, colonização e muito mais. Mas o carro é pesado e a política, intrincada. A leitura dos jornais é que é meu pesadelo, felizmente tenho quem os leia para mim e me diga o que há de mais importante (Trecho do texto-roteiro).

A segunda fala é a resposta da Princesa Isabel quando indagada por Amandinha a respeito de como a futura regente do Império Brasileiro visualiza a solução para o fim da escravidão dos negros: “É verdade Amandinha, a questão da abolição esbarra no conservadorismo dos fazendeiros e proprietários. Classe que infelizmente forma a maioria parlamentar” (Trecho do texto-roteiro).

Ambas as falas, que são reproduções fidedignas do pensamento não publicizado sobre a Princesa Isabel, permitem a reflexão por parte do público visitante sobre como a atuação de uma “Imperadora/Rainha” seria calcado em diversos enfrentamentos e embates: a presença de uma mulher à frente de um Império de tamanho continental, o embate com os senadores homens e também principais viscondes, barões e outros importantes atores sociais no cenário



econômico-financeiro do Império Brasileiro. O poder político, arena de exclusão da participação feminina, segundo Scott (1986), mostra-se de forma sutil como terreno de conflitos e preocupações para a Princesa.

Nesse sentido, o Sarau apresenta a intenção de provocar também o público sobre suas convicções acerca do papel social da mulher:

A ideia era fazer, no que eu pudesse, contrapontos, comparações... suscitar comparações entre os dias de hoje e aquela época [...] Na época, quer dizer, a questão... o papel das mulheres, a educação e a coisa em torno do... do papel mesmo, que era de boa dona de casa, né... mãe, esposa... o que simboliza isso? (Trecho de entrevista com Regina Resende).

A condição feminina é deliberadamente abordada no Sarau, segundo a roteirista, com a finalidade de promover reflexões sobre aquilo em que avançamos (ou não) nos dias de hoje em comparação ao século XIX. A atração turístico-cultural, ao apresentar situações e opiniões que ilustram o pensamento patriarcal da época, evoca novas sensações e impressões por meio do elenco composto por mulheres que se expressam naturalmente durante uma íntima reunião social. O texto-roteiro do Sarau Imperial se apresenta, portanto, como elemento de resgate de memórias que, embora não sejam exclusivamente femininas, sempre clamaram pelos ecos das vozes das mulheres.

7 Considerações finais

O Sarau Imperial se apresenta como privilegiada arena de representações culturais e sociais do Segundo Império, na qual se destaca a presença feminina seja em virtude dos personagens e do elenco ser composto integralmente por mulheres, seja pelo teor dos assuntos por elas discutidos durante a encenação.

Ao reproduzir um encontro social entre amigas num ambiente privado durante o século XIX, o Sarau remete às memórias que, para Perrot (1989), são tradicionalmente associadas às mulheres – aquelas ligadas à vida íntima e privada, em detrimento da esfera pública. Contudo, sendo a Princesa Isabel uma figura pública, as controvérsias estão sempre presentes em torno de seu engajamento político. Essas tensões se manifestaram fortemente durante o final do período monárquico, e até hoje fazem parte do imaginário que cerca a figura da Princesa.

Como atração turístico-cultural, o Sarau Imperial se diversifica no conjunto de bens patrimoniais e culturais do Museu Imperial, por apresentar ao público um olhar a respeito de



aspectos femininos e feministas ligados à Princesa Isabel, a sucessora natural de D. Pedro II; assuntos esses pouco estudados e ainda não tão presentes na imagem e no imaginário do Museu Imperial. Proporcionando ao público sensações que vão do entretenimento à reflexão, o Sarau oferece uma versão pouco tradicional de uma parte da história brasileira amplamente reproduzida a partir dos discursos oficiais. Com texto-roteiro de autoria feminina, contando ainda com mulheres em sua equipe de produção atual, o Sarau revisita memórias nem sempre reconhecidas, aquelas ocultas pela invisibilidade histórica feminina.

Nesse sentido, o Sarau Imperial pode ser entendido como uma atração turística cultural de educação patrimonial, pois possibilita ao público visitante o contato com representativas figuras femininas do Segundo Império, em especial a Princesa Isabel, promovendo a reflexão sobre as memórias e a atuação das mulheres durante o final deste período histórico brasileiro.

Contudo convém questionar a forma como outras instituições museais brasileiras estão interpretando seus acervos para a formação crítica do público-visitante, a fim de a sociedade possa estabelecer novas formas de apropriação de sua memória e seus valores culturais.

Referências

AGUIAR, Jaqueline V. de. *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, 2015.

BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CRUZ, Rafael de Oliveira. Nas “batalhas de flores” não faltavam espinhos: Silva Jardim e a Princesa Isabel no cenário político do final da monarquia brasileira (1886-1889). *Historien – Revista de História*, Petrolina, ano IV, 2012, p. 41-63.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. Gênero e política: um olhar (estrangeiro) sobre a Princesa Isabel. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2), 2003, p. 661-680.

DEL PRIORE, Mary. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.



FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. Gênero e memória: algumas reflexões. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 1, 2. Sem. 2004, p. 9-19.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. A Química na educação da Princesa Isabel. *Química Nova*, vol. 27, n. 2, 2004, p. 349-355.

FUNARI, Pedro Paulo; Pinsky, Jaime (org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2011.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

IGNÁCIO, Myrrena. Do silêncio uma voz: a princesa Isabel e a participação das mulheres no Império. *Revista Ballot*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, Set./Dez. 2015, p. 216-335.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70, 2015.

MARUJO, Noémi. *O estudo acadêmico do turismo cultural*. TURyDES, vol. 8, nº 18, 2015, pp. 1-18.

MCKERCHER, B.; CROS, H. *Cultural Tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management*. THHP, New York, London, Oxford, 2002.

MESQUITA, Maria Luiza de C. Isabel e a escrita de si: uma princesa entre o público e o privado. In: Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades, XIII, 2008, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212868603_ARQUIVO_ISABEL_EAESCRITADESI-ANPUH.pdf> Acesso em: 16 fev. 2017.

MOLINA, Sergio. *O pós-turismo*. Trad. Roberto Sperling. São Paulo, Aleph, 2003.

MUSEU IMPERIAL. Disponível em <<http://www.museuimperial.gov.br/eventos/espeticulos/sarau-imperial.html>> Acesso em: 16 fev. 2017.

NAVARRO-SWAIN, T. A história é sexuada. In: RAGO, M.; MURGEL, Ana Carolina A. de T. (Org.). *Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte*. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 51-60.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Turismo Internacional: uma perspectiva global*. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003

PERROT, M. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, Ago/Set. 1989, p. -18.



POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, p. 200-212.

REJOWSKI, Mirian. (org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.

RICHARDS, Greg. Tourism development trajectories – from culture to creativity? *Econtros científicos – tourism & management studies*, 2010, n. 6, p. 9-15.

RICHARDS, Greg; WILSON, Julie. Tourism development trajectories: from culture to creativity? In: RICHARDS, Greg; WILSON, Julie. (org). *Tourism, creativity and development*. Oxon: Routledge, 2007, p.1-33.

RICHARDS, Greg; WILSON, Julie. Developing creativity in tourist experiences: a solution to the serial reproduction of culture?. *Tourism management*, 2006, 27, p.1209-1223.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. *The American Historical Review*, v. 91, Issue 5, 1986, p. 1053-1075.

SILVA, Everson C. Gênero na historiografia: a mulher como tema na aula de história. In: Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, II, 2009, João Pessoa. *Anais eletrônicos...* João Pessoa, 2009. Disponível em <<http://docplayer.com.br/35712620-Genero-na-historiografia-a-mulher-como-tema-na-aula-de-historia.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

VIRGILI, Fabrice. L’histoire des femmes et l’histoire des genres aujourd’hui. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*. 75, Juillet-Septembre, 2002, p. 5-14.

YASOHIMA, José Roberto; OLIVEIRA, Nadja da Silva. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWSKI, Mirian. (org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002, p.17-41.